



TRABALHO DIGNO

Um mundo melhor começa aqui.



Organização
Internacional
do Trabalho

Empregos verdes: melhorar o clima também para promover a igualdade de género!

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século vinte e um, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. Embora os países em desenvolvimento sejam menos responsáveis pelas causas que estão na origem das mudanças climáticas, devido à sua vulnerabilidade relativamente aos excessos ambientais, acabam por vir a sofrer os seus efeitos. Homens e mulheres que trabalham em sectores mais dependentes do clima, como a agricultura e o turismo, são provavelmente os mais afectados.¹ As mudanças climáticas, por outro lado, não afectam de igual modo os homens e as mulheres. As mulheres são frequentemente consideradas mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas porque representam a maioria dos pobres no mundo e porque proporcionalmente estão mais dependentes dos recursos naturais sob ameaça.² Além disso, as mulheres tendencialmente desempenham um papel mais importante do que os homens na gestão dos recursos naturais – na pequena agricultura, jardinagem, protecção e cuidados com sementeiras e pequenas árvores – assegurando a alimentação e prestação de cuidados às suas famílias. Por isso, a longo prazo, ninguém – mulheres ou homens, ricos ou pobres – está imune aos desafios e perigos que as alterações climáticas provocam.

Cerca de três quartos das pessoas mais pobres do mundo – aquelas que vivem com menos de dois dólares americanos por dia – estão dependentes do ambiente para uma parte significativa da sua subsistência diária.³ Falhar nas respostas aos desafios colocados pelas alterações climáticas pode ter graves consequências no seu nível de vida. Além disso, as mudanças climáticas estão a pôr em perigo os esforços para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) acordados internacionalmente. A crise económica e financeira mundial que atravessamos, também apresenta desafios, incluindo a crescente preocupação de acordos anteriores para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa (GHG) ou programando o desmantelamento de fábricas poluentes substituindo-as por aquilo a que um líder político chamou de decisões económicas "baratas e facilitadoras".⁴



©OIT, Falise T.

Mas ainda há esperança. Os principais dirigentes políticos estão empenhados em honrar os seus compromissos a favor das novas tecnologias verdes, avançando a ideia de que as acções governamentais de criação de novos "empregos verdes" são não só sustentáveis como ainda podem ajudar a recuperar a economia. De acordo com um relatório recente da OIT, os empregos verdes na agricultura, indústria, serviços e administração, mesmo com subsídios governamentais, podem promover o crescimento económico sustentável, com impacto a longo prazo na economia.⁵

Adaptando-se às alterações climáticas e atenuando-as proporcionará uma transição para novos hábitos de produção, de consumo e de emprego. Existem oportunidades consideráveis na criação de empregos verdes graças às políticas de industrialização e de gestão de energia que reduzem a nossa pegada ecológica. Esses empregos proporcionam trabalho digno e rendimentos que contribuem para um crescimento sustentável da economia e ajudarão as

¹ ILO, 2008. *Report of the Committee on Employment and Social Policy, Employment and labour market implications of climate change*, Fourth Item on the Agenda, Governing Body, 303rd Session (Geneva), p. 2.

² Third Global Congress of Women in Politics and Governance, 2008. *Background and Context Paper for the Conference*, Manila, Philippines, 19-22 October, www.capwip.org/3rdglobalcongress.htm [consultada 19 Novembro 2008].

³ World Resources Institute (WRI), UNDP, UNEP, and the World Bank, 2008. *World Resources 2008: Roots of Resilience - Growing the Wealth of the Poor* (Washington, D.C.), p. VII.

⁴ *New York Times*, 25 November 2008, "Slump May Limit Moves on Clean Energy", http://www.nytimes.com/2008/11/25/world/25climate.html?_r=iaemc.eta1 [consultada 25 Novembro 2008].

⁵ UNEP, ILO, IOE, ITUC, 2008. *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World* (United Nations Office, Nairobi), p. 5. The report was funded and commissioned by UNEP under a joint Green Jobs Initiative with the ILO, the International Trade Union Confederation (ITUC) and the International Organisation of Employers (IOE).

A IGUALDADE DE GÉNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO



A IGUALDADE DE GÉNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO

populações a sair do estado de pobreza. As mulheres, que têm conhecimentos preciosos e uma capacidade de gerir os recursos naturais e de utilizar as fontes de energia, são de facto agentes importantes de mudança e podem contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas nos programas de adaptação ao nível local, regional e internacional.

A Agenda da OIT para o Trabalho Digno prevê o crescimento verde com a promoção de empresas verdes e empregos verdes; políticas activas do mercado de trabalho que combinem uma segurança social a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras deslocados e o desenvolvimento de competências a fim de ajudarem as empresas e trabalhadores a adaptarem-se e a criarem as oportunidades; trabalho que é sério e seguro para as pessoas e para o ambiente; e o respeito pelos direitos dos trabalhadores que acordam livremente em manter um diálogo social que é fundamental para a elaboração de respostas eficazes. Os empregos verdes dignos fazem efectivamente a interligação entre o ODM 1 (Fim da pobreza e da fome) e o ODM 7 (Assegurar um ambiente sustentável).

REDTURS – PROMOVER O TURISMO E O ECO-NEGÓCIO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a rede "Redturs" lançada em 2001 constitui uma das primeiras acções apoiadas pela OIT para a criação de empregos verdes. A Redturs ajuda as comunidades indígenas e rurais a promover o turismo e os eco-negócios de diversas formas respeitando a sua herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e desenvolvimento económico e ao mesmo mantêm a coesão social e a sua identidade. O projecto procura criar oportunidades para o emprego digno para mulheres e homens em comunidades situadas muitas vezes em locais remotos com fracas possibilidades de desenvolvimento. Redturs promove os direitos fundamentais das populações e tribos indígenas de acordo com a Convenção da OIT para as populações e tribos indígenas, (Nº 169) de 1989 (e fornece os Serviços de Apoio Profissional, tal como o acesso à informação, aos mercados, à formação e à troca de informação. Ao nível local o Redturs fortalece os laços entre as empresas em rede (*clusters*, associações de cooperativas) operando no seio de diferentes comunidades, gerando benefícios graças à economia de escala, a melhores formas de organização e a um melhor poder de representação ou negociação das comunidades. Em termos do desenvolvimento da cadeia de valores, Redturs permite aos grupos comunitários um papel mais activo na configuração, organização e operação de actualização das oportunidades de negócio. Em resultado do apoio da OIT, foram constituídos 300 destinos comunitários em 13 países da América Latina, abrindo caminho ao desenvolvimento rural, a rendimentos suplementares para reduzir a pobreza e a um maior espírito de empreendedorismo.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GÉNERO



©OIT, Maillard J.

As consequências das alterações climáticas variam entre as regiões, as gerações, a idade, as classes sociais, os níveis de rendimento, as profissões e o sexo. Segundo o Painel do Grupo de Especialistas Intergovernamentais sobre a Evolução do Clima (GIEC), são sobretudo as pessoas pobres, e não exclusivamente nos países em desenvolvimento, que serão afectadas de forma desproporcionada.⁶ A sua dependência dos recursos ecológicos locais, bem como o *stress* gerado pelas mudanças do clima, que afecta a sua saúde e bem-estar, e também os recursos financeiros, institucionais e humanos limitados, torna-as ainda mais vulneráveis e menos capazes de se adaptarem. Os diferentes papéis sócio-económicos e as responsabilidades de homens e mulheres acentuam esta vulnerabilidade. A nível mundial as mulheres têm menos acesso do que os homens aos recursos para melhorar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas, principalmente a terra, o crédito, inovações agrícolas, elementos de decisão, serviços apoiados na tecnologia e formação.⁷ Para a grande maioria das mulheres a trabalhar no sector informal e nas pequenas empresas, a falta de capital, a dificuldade de acesso ao crédito e à informação, tornam quase impossível a recuperação dos efeitos devastadores dos desastres ambientais.⁸

Por exemplo, quando o furacão Katrina assolou a cidade americana de Nova Orleans em Agosto de 2005, dezenas de milhares de pessoas – as mais vulneráveis, pessoas idosas, com deficiência e as muito pobres – foram lançados na pobreza extrema. Mas o grupo mais afectado foi o das mulheres, geralmente afro-americanas, que se confrontaram com maiores dificuldades de sobrevivência e com os aumentos acrescidos dos transportes, cuidados de saúde e alimentação.⁹ As alterações ambientais repentinas são mais problemáticas para as mulheres, em particular nos países em desenvolvimento. Em África, elas constituem 70 a 80 por cento da mão de obra agrícola¹⁰, e são muitas vezes as primeiras a serem afectadas e as últimas a recuperar um emprego.¹¹ Ao nível mundial, 46 por cento da mão-de-obra no turismo é composta por mulheres.¹² Segundo o Relatório de 2007 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, as mudanças climáticas vieram ampliar os padrões existentes

⁶ Intergovernmental Panel on Climate Change, 2001. *Climate Change: Impacts, Adaptation and Vulnerability*, Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the IPCC, ver: <http://books.google.com/books?id=E3uWlPmE9YCtpg=PA680&dq=%22Climate+change+impacts+will+be+differently%22&hl=fr#PPP1,M1>, pp. 8 and 680 [consultada a 2 Dezembro 2008].

⁷ Aguilar, L., 2008. *Is there a connection between gender and climate change?*, International Union for Conservation of Nature (IUCN), Office of the Senior Gender Adviser. Comunicação apresentada no 3º Global Congress of Women in Politics and Governance, Manila, Philippines, 19-22 October.

⁸ Gender Action, 2008. *Gender Action Link: Climate Change* (Washington, D.C.), <http://www.genderaction.org/images/Gender%20Action%20Link%20-%20Climate%20Change.pdf> [consultada a 19 Novembro 2008].

⁹ OECD, 2008. *Gender and Sustainable Development, maximizing the economic, social and environmental role of women* (Paris), pp. 73-74.

¹⁰ Em África as alterações climáticas estão a ameaçar a viabilidade das actividades da agricultura de subsistência, e a actividade de milhões de habitantes rurais, a grande maioria, 75% mulheres. Hemmings-Gaphiham, G., 2008. *Climate Change, Subsistence Farming, Food Security, and Poverty: The consequences of agricultural policies on women and men farmers in Burkina Faso and Cote d'Ivoire*, in *Africa Policy Journal*, John F. Kennedy School of Government, Harvard University (Cambridge, Massachusetts, 2008), Vol. IV.

¹¹ Gender Action, 2008. *Gender Action Link: Climate Change* (Washington, D.C.), <http://www.genderaction.org/images/Gender%20Action%20Link%20-%20Climate%20Change.pdf> [consultada a 19 Novembro 2008].

¹² Aguilar, L., 2008. *Is there a connection between gender and climate change?*, International Union for Conservation of Nature (IUCN), Office of the Senior Gender Adviser. Comunicação apresentada no 3º Global Congress of Women in Politics and Governance, Manila, Philippines, 19-22 October, 2008.



nas disparidades entre os sexos.¹³ Esta situação veio retardar ainda mais o progresso para a igualdade entre homens e mulheres e impediu a realização de objectivos mais ambiciosos como a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Em muitos países as secas, as cheias e a devastação da floresta aumentam a carga de trabalho de numerosas mulheres e deixam-nas com menos tempo para ganharem a sua vida, fazer formação ou ocupar-se da sua família. As raparigas abandonam frequentemente a escola para ajudarem as mães a recolher a lenha para o aquecimento e água. As condições extremas do clima e os desastres naturais também aumentam a sua exposição a doenças infecciosas, como a cólera e VIH/sida.¹⁴ O aquecimento global contínuo aumentará as áreas afectadas pelo paludismo. Os conflitos provocados pelas alterações climáticas e as catástrofes naturais podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres à violência.

CATÁSTROFES NATURAIS, GÉNERO E DIREITOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

A *London School of Economics and Political Science* (LSE), (Universidade de Ciência Política e Economia de Londres) analisou catástrofes naturais em 141 países e concluiu que as diferenças entre sexos no número de mortes nas catástrofes naturais estão directamente ligadas aos direitos sociais e económicos das mulheres. Nas sociedades com maiores desigualdades, morrem mais mulheres que homens nas catástrofes naturais; por exemplo, os rapazes recebem tratamento preferencial nas operações de socorro e tanto as mulheres como as raparigas são prejudicadas nas ajudas alimentares e económicas no período pós-catástrofe.¹⁵

No entanto, as mulheres funcionam como "agentes de mudança" na gestão de recursos naturais da comunidade, na inovação, na agricultura e cuidados básicos e muitas vezes são elas que têm a solução chave da adaptação às mudanças climáticas. As suas responsabilidades domésticas ou nas comunidades bem como o seu papel de guardiãs dos recursos naturais colocam-nas em boa posição para desenvolverem as estratégias de adaptação à realidade e às mudanças ambientais. A experiência mostra, muitas vezes, que as comunidades suportam melhor uma catástrofe natural se as mulheres desempenharem um papel preponderante nos sistemas de prevenção rápida e na reconstrução. As mulheres tendem a trocar informação relacionada com o bem estar da comunidade, escolhem fontes de energia menos poluentes, e adaptam-se mais facilmente às mudanças ambientais quando a sobrevivência das suas famílias está em jogo.¹⁶ Quando treinadas na prevenção rápida, e minimização de estragos de catástrofes, as mulheres fizeram uma grande diferença em La Masica, uma localidade das Honduras que, ao contrário de outras comunidades vizinhas, não registaram mortes durante a passagem do tufão Mitch em 1998.¹⁷ A integração da perspectiva da igualdade de género na elaboração e aplicação de políticas e leis também ajuda a enfrentar os efeitos da degradação ambiental – escassez de água, devastação da floresta, desertificação – exacerbadas pelas mudanças de clima.¹⁸

PLANTAÇÕES DE MADEIRA DURA E MADEIRA MACIA NA TAILÂNDIA

Na Tailândia os funcionários florestais consultaram os homens de aldeias de diferentes etnias para implementação de um projecto de floresta comunitária na zona de reflorestação de Khao Kho. Os homens declararam que tinham falta de árvores de madeira dura para fins comerciais (ex. construção de mobiliário e entalhe). Foram fornecidas três mil sementes de árvores de madeira dura, mas deixaram-nas morrer. Isto aconteceu porque as mulheres desta região tomam conta das sementeiras, e, como garantem a subsistência da família, elas preferiram as árvores de madeira macia para lenha e forragem. Ninguém lhes disse nem as avisaram que vinham aí as árvores. As mulheres foram incluídas numa segunda volta de consultas porque os funcionários florestais chegaram à conclusão que era necessário ter em conta os papéis e preferências de mulheres e homens. Finalmente foram fornecidas sementes de ambas as qualidades de modo a satisfazer as necessidades das mulheres e dos homens das aldeias.

Fonte: Wilde, V.L. and A. Vianio-Matila, 1995. "How Forestry can Benefit from Gender Analysis" in Gender Analysis and Forestry International Training Package, Section A (Food and Agriculture Organization (FAO), Rome), p. 4.

ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A adaptação às mudanças climáticas melhora a capacidade de recuperação das comunidades e das pessoas que dependem, como meio de vida, dos recursos também eles dependentes do clima. Esta adaptação – espontânea ou planificada – já está a acontecer. A maior parte da adaptação planeada concentra-se nas infra-estruturas como defesas costeiras e protecções contra cheias. Também ganharam cada vez mais importância a gestão da água, bem como a sua recuperação e armazenamento. Nestas áreas, poderiam criar-se numerosos empregos utilizando métodos como o uso intensivo de mão-de-obra em programas de obras públicas.¹⁹

No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modificará a forma de viajar das pessoas, e assim, pode afectar o emprego neste sector. Os períodos de grande procura de mão-de-obra em hotéis, restaurantes, transportes e outros serviços turísticos alterar-se-ão.²⁰ Na agricultura, um dos sectores que mais emprega no mundo ocupando 1.3 biliões de pessoas, a alteração do clima terá impacto na utilização da água, poluição, devastação da floresta e biodiversidade. Contudo, também existe um vasto

¹³ UNDP, 2007. *Human Development Report 2007/2008, Fighting Climate Change: Human solidarity in a divided world* (New York), pp. 81-82.

¹⁴ Gender Action, 2008. *Gender Action Link: Climate Change* (Washington, D.C.), <http://www.genderaction.org/images/Gender%20Action%20Link%20-%20Climate%20Change.pdf> [consultada a 19 Novembro 2008].

¹⁵ Neumayer, E. and T. Plumper, 2007. *The Gendered Nature of Natural Disasters: The impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981-2002*. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=874965> [consultada a 15 Janeiro 2009].

¹⁶ Women's Environment & Development Organization (WEDO), 2007. *Changing the Climate: Why women's perspectives matter* (New York), p. 3.

¹⁷ Women's E-News, 25 September 2007, "Women Turn Up The Heat", www.womensenews.org/article.cfm?dyn/aid/3326/context/archive [consultada a 3 Dezembro 2008].

¹⁸ Rede de Mulheres Ministras e Líderes para as questões do Ambiente e UNEP, 1st Joint Gender Forum, Tema: Bridging the Gap: Gender transforming environmental management, Concept Note, 15 Feb 2009, Nairobi, Kenya.

¹⁹ ILO, 2007. "Limiting the suffering - Working to adapt to climate change" in *World of Work, Green Jobs: Climate change in the world of work*, No. 60, August 2007 (Turin), p. 8.

²⁰ Ibid.

A IGUALDADE DE GÉNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO

potencial para a criação de novos empregos verdes nesta área.²¹ Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), homens e mulheres adaptam permanentemente as suas práticas agrícolas às variações naturais das condições do clima, baseados nas suas necessidades específicas, conhecimento e acesso aos recursos. Um estudo da FAO revelou que, quando é bem entendido o saber-fazer específico dos homens e das mulheres e é tomado em linha de conta, as intervenções com vista a reforçar os meios de vida e da segurança alimentar são melhor adaptadas e mais eficazes.

A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DOS AGRICULTORES E O SABER - FAZER DE HOMENS E MULHERES

Em 2000, as inundações no Vale do Limpopo em Moçambique tiveram consequências desastrosas sobre as sementes, colheitas e cabanas dos agricultores locais. Numa região do vale, extinguiram-se muitas variedades de culturas e os agricultores viraram-se para os recursos externos e para as redes informais para reconstituírem os seus *stocks* de sementes. Numa outra região, puderam refazer as sementeiras, depois das cheias nas terras baixas, porque tinham o hábito de transferir as sementes para as terras mais altas nas épocas das cheias. Nestas comunidades, os homens são responsáveis pelo cultivo de produtos comerciais como o milho, cana do açúcar, arroz e banana, enquanto as mulheres são responsáveis e conhecem os produtos alimentares como a mandioca, a batata doce, cacau, e caju. Um estudo da FAO revelou que a reconstrução dos sistemas agrícolas e a conservação dos recursos genéticos podem ser afectados consoante forem efectuadas por homens ou por mulheres.

Fonte: FAO, 2007. *People-centred climate change adaptation: Integrating gender issues*, www.preventionweb.net/english/professional/publications/v.php?id=2706 [consultado a 6 Dezembro 2008]. Disponível apenas em inglês.

OS EMPREGOS VERDES NAS ECONOMIAS COM FRACA EMISSÃO DE CARBONO PARA A ATMOSFERA

Os esforços mundiais para combater as mudanças climáticas podem criar milhões de empregos verdes, mas será que estes empregos serão igualmente uma oportunidade de melhorar a igualdade entre homens e mulheres? O Relatório sobre os empregos verdes indica que perto de 2,3 milhões de mulheres e homens encontraram um emprego nas energias renováveis no decurso dos últimos anos, e investimentos estimados em 630 milhões de dólares americanos poderão traduzir-se pelo menos na criação de 20 milhões de empregos suplementares.²² De qualquer forma, não há indicação quanto à repartição destes empregos pelos homens e as mulheres. Onde existe informação sobre os empregos verdes, em particular nas energias renováveis, regista-se que metade dos empregos em causa se encontram nos países em desenvolvimento, ainda que as diferenças de género sejam menos evidentes.

Nas regiões rurais de numerosos países em desenvolvimento, faltam muitos serviços de energia. As mulheres são as principais vítimas do trabalho doméstico quotidiano, porque são geralmente as responsáveis pelo aprovisionamento de energia para o aquecimento e para a cozinha. Sem acesso a combustíveis adequados e baratos, as mulheres passam até três horas por dia a recolher madeira e outras fontes de energia. Por outro lado, a energia pode ser o ponto de partida para actividades remuneradas.²³



© Grameen Shakti

O exemplo provavelmente mais conhecido que, combina a energia renovável, a criação de emprego e a formação é o sistema de micro-crédito de Grameen Shakti (GS) no Bangladesh. GS ajudou na instalação de mais de 100.000 sistemas de energia solar nas comunidades rurais e contribuiu ao mesmo tempo para criar oportunidades de emprego promovendo a actuação das mulheres e da juventude de cada localidade. GS deu formação a mais de 5.000 mulheres em técnicas em energia solar e trabalhadoras de manutenção. Muitos mais empregos foram criados por via indirecta porque os sistemas solares permitem aos empresários locais lançar novos negócios como as lojas de TV comunitárias, lojas para carregamento de telemóveis por energia solar e lojas de reparação de material electrónico. GS visa criar 100.000 empregos no ramo da energia solar e nos sectores afins.²⁴

Ainda que tenhamos pouca informação fiável, estima-se que uma forte percentagem de pessoas envolvidas na reciclagem e gestão de resíduos sejam mulheres. O Relatório sobre os empregos verdes sublinha que numerosos empregos existentes na reciclagem não são considerados como empregos verdes, por serem a causa de poluição e de

perigos para a saúde e não representam um trabalho digno. Mesmo assim, ele cita igualmente um movimento cooperativo nacional no Brasil, que tomou a iniciativa de melhorar os empregos na reciclagem. Os esforços para organizar sucateiros que juntam materiais recicláveis num movimento cooperativo nacional com 500 cooperativas e 60.000 mulheres e homens que fazem a recolha da sucata, levou a um aumento de 30 por cento nas receitas, assim como ao afastamento de alguns intermediários que usavam eventualmente práticas pouco recomendáveis.²⁵

²¹ UNEP, ILO, IOE, ITUC, 2008. *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World* (United Nations Office, Nairobi), p. 11.

²² Ibidem, p. 14.

²³ Gender CC, 2008. *Gender and Climate Change - women for climate justice*, <http://www.gendercc.net/action/energy.html> [consultada a 6 Dezembro 2008].

²⁴ Grameen Shakti, ver www.gshakti.org and D. C. Barua, 2008. *Creating green jobs through renewable energy technologies in rural Bangladesh* apresentada na Research Conference: Green Jobs for Asia and the Pacific. Organizda conjuntamente pelo International Institute for Labour Studies, Policy Integration Department and Regional Office for Asia and the Pacific, Niigata, Japan 21-23 April 2008. Para mais informações, por favor consultar www.ilo.org/public/english/region/asro/bangkok/events/greenjobs/papers [consultada a 15 Janeiro 2009]. Disponível apenas em inglês.

²⁵ UNEP, ILO, IOE, ITUC, 2008. *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World* (United Nations Office, Nairobi), p. 21.



As iniciativas de desenvolvimento das mulheres de Kinawataka no Uganda são um exemplo de reciclagem verde. A associação sem fins lucrativos situada nos subúrbios encontrou um meio de transformar num negócio rentável os tubos de plástico usados, sacos e outros detritos não biodegradáveis que entopem os esgotos e poluem o solo. As mulheres transformam esses detritos em produtos úteis como malas de mão, brincos para as orelhas, sacos, cintos e tapetes. Uma recente acção de formação em arquivo, organização de exposições e publicidade ministrada pelo programa WEDGE da OIT (Desenvolvimento Empresarial da Mulher e Igualdade de Género) contribuiu para melhorar os resultados da empresa, e deram às mulheres um reconhecimento mundial pelos seus acessórios de moda.²⁶

"PEGADAS DE CARBONO": A DIFERENÇA DE GÉNERO

As mulheres deixam uma pegada de carbono mais pequena que os homens devido a padrões de consumo distintos e a estilos de vida diferentes. Isto continua a ser verdade quer para as mulheres mais ricas quer para as mais pobres.²⁷ Nos países da OCDE, por exemplo, as mulheres têm mais preocupações com a reciclagem, compram alimentos orgânicos, e produtos biológicos e dão maior valor aos transportes que utilizam a energia duma forma mais limpa. Para além disso as mulheres fazem escolhas de consumo mais éticas, dão mais atenção ao trabalho infantil e formas de vida sustentáveis e têm tendência a comprar bens com etiquetas sociais, tais como a da *Fairtrade*²⁸ (Feira do Comércio Justo). Um estudo recente efectuado na Suécia revelou que as mulheres usam os transportes públicos mais vezes do que os homens, mesmo que existam automóveis em casa, enquanto que os homens viajam mais vezes no seu próprio carro e para distâncias maiores.²⁹

A OCDE também revela que desde os 15 anos de idade, as raparigas se preocupam mais com o ambiente e têm um maior sentido das responsabilidades pelo desenvolvimento sustentável do que os rapazes. Para atenuar as alterações climáticas, as mulheres propõem abordagens mais abrangentes do que os homens e têm tendência a concentrarem-se mais sobre a mudança dos estilos de vida e comportamentos para reduzir a emissão de gases de efeito de estufa; elas são mais cépticas que os homens sobre a possibilidade de resolver o problema do aquecimento global pela via tecnológica.³⁰ Contudo, as mulheres possuem actualmente um limitado poder para influenciar as políticas em matéria de alterações climáticas e questões ambientais.



©OIT, Crozet M.

A RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (UNFCCC) constitui o quadro jurídico internacional para responder às mudanças climáticas. Adoptado pela Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, visa estabilizar as concentrações de gás com efeito de estufa na atmosfera para prevenir interferências antropogénicas perigosas do sistema climático³¹, enquanto permite manter o desenvolvimento. A Convenção entrou em vigor em 1994 e tem actualmente 192 instrumentos de ratificação. Outro grande acordo internacional é o Protocolo de Quioto de 1997, que legalmente estabelece as metas para a redução de emissão de gases pelos países industrializados. Contudo, nem o Protocolo de Quioto nem a UNFCCC se referem às mulheres e às questões de género. Nenhum dos mecanismos financeiros actuais, para fazer frente às mudanças climáticas, respondem às necessidades específicas das mulheres, incluindo os mecanismos de intercâmbio de emissões de carbono da convenção sobre as alterações do clima e o Fundo de Adaptação.³² As tentativas actuais, de renegociação dos acordos internacionais, sobre as alterações climáticas, deviam incluir as directivas destinadas a responder às necessidades específicas das mulheres e dos homens, respeitando a igualdade entre eles.

RESPOSTAS DA OIT E PARCERIAS

A OIT lançou em 2007 a iniciativa Empregos Verdes com o Programa das Nações Unidas para o ambiente (PNUE), a Confederação Internacional dos Sindicatos (CIS) e a Organização Internacional dos Empregadores (OIE). A iniciativa apoia os esforços concertados de governos, empregadores e sindicatos que asseguram a promoção de transições justas para os empregos ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento num mundo confrontado com alterações climáticas. Em termos da Iniciativa Empregos Verdes o trabalho está concentrado até ao presente na recolha de testemunhos e exemplos da criação de empregos

²⁶ ILO, 2008. *Voices of Women Entrepreneurs in Ethiopia, Tanzania, Uganda and Zambia* (Skills and Employability Department/ILO Women's Entrepreneurship Development and Gender Equality (WEDGE), Boosting Employment through Small Enterprise Development (EMP/SEED), Geneva), pp. 40-41.

²⁷ OECD, 2008. *Gender and Sustainable Development, maximizing the economic, social and environmental role of women*, (Paris), p. 65. De acordo com a OCDE, "o consumo sustentável utiliza recursos de uma forma que minimizam os malefícios para o ambiente e ao mesmo tempo apoiam o bem estar das pessoas".

²⁸ Ibid, p. 66.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid, p. 66 and 74.

³¹ Isto é, interferência humana. O texto da Convenção está acessível em: http://unfccc.int/essential_background/convention/background/items/2853.php [consultada a 15 Janeiro 2009].

³² UNDP, 2008. "Women as Emerging Stakeholders in Poznan Climate Change Negotiations", ver <http://content.undp.org/go/newsroom/2008/november/women-as-emerging-stakeholders-in-poznan-climate-change-negotiations.en?categoryID=349421&lang=en> [consultada a 26 Novembro 2008].

A IGUALDADE DE GÉNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO

verdes, resultando num estudo completo relativo ao impacto duma economia verde emergente no mundo do trabalho. A segunda fase do projecto visa ajudar a formulação e implementação de uma política através da avaliação macro-económica e sectorial da criação potencial de empregos verdes.



© OIT, Crozet M.

A principal unidade do BIT a trabalhar na Iniciativa Empregos Verdes é o Grupo de Coerência das Políticas do Departamento de Integração das Políticas e Estatísticas (INTEGRATION). Este departamento dá seguimento à Agenda do Trabalho Digno e da Globalização Justa, da OIT, com uma perspectiva integrada. O trabalho actual organiza-se em torno de quatro temas dominantes que requerem uma maior coerência em matéria de políticas: a globalização justa, a pobreza no mundo e a economia informal, as políticas macro-económicas de trabalho digno, e os temas relacionados com as alterações climáticas.

A OIT tem uma longa história de envolvimento na resposta às crises. O Programa Internacional da OIT de Resposta a Crises e Reconstrução (OIT/CRISIS) trabalha com outras agências nacionais e internacionais e das Nações Unidas para influenciar o desenho e implementação da maioria das políticas e programas de combate às crises. O programa OIT/CRISIS ajuda a ampliar a visibilidade das questões relacionadas com o emprego e com o trabalho digno na recuperação posterior às crises e nas operações de reconstrução. Entre as estratégias de associação e as plataformas internacionais criadas para responder às crises incluem-se os esforços conjuntos de diferentes agências da ONU, envolvidas nas crises (Direcção de Prevenção e Recuperação de Crises do PNUD (UNDP/BCPR), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, FAO e outros) no quadro do Comité Permanente entre organismos nas actividades Prioritárias da Recuperação (IASC CWGER) presidindo ao Comité Directivo da Plataforma Internacional de Recuperação, e cooperando com o Serviço Mundial de Redução e

Recuperação de Catástrofes (GFDRR). A OIT proporciona ferramentas e material de orientação e apoio operacional através, por exemplo, dum conjunto de ferramentas de avaliação dos meios de subsistência (Livelihood Assessment Toolkit), desenvolvido em conjunto com a FAO sob a égide do CWGER.³³

No início de 2008 o Ministério do Trabalho e Emprego do Bangladesh, apoiado pela OIT, levou a cabo a avaliação dos prejuízos causados pela passagem do ciclone Sidr (2007). A OIT propôs uma estratégia para a recuperação imediata do trabalho digno nos quatro distritos mais afectados – Barguna, Bagerhat, Patuakhali e Pirojpur – onde cerca de 250.000 habitações (correspondentes a 25% das habitações destas áreas), à volta de 325.000 pessoas e outros sobreviventes perderam os seus meios de subsistência. A estratégia centrou-se num conjunto de medidas de reabilitação necessárias para restaurar rapidamente os meios de vida, estabelecer as bases para recuperar a economia local e criação de emprego, e melhorou a capacidade de recuperação das populações mais vulneráveis ao choque perante catástrofes naturais, que se repetem nestas áreas mais expostas. As mulheres chefes de família representam 10 a 12 por cento do total e fazem parte dos grupos visados pela ajuda externa.³⁴

Na sequência da tempestade tropical na região nordeste do Haiti em 2004, a OIT, PNUD e o Programa Alimentar Mundial (WFP) trabalharam em conjunto com o Governo do Haiti no estabelecimento dum programa de criação de emprego em Gonaives. Este programa centrou-se na prevenção de catástrofes naturais através de acções que utilizam mão-de-obra intensiva, perante projectos destinados a aumentar ao máximo as receitas da população local. Depois duma fase inicial de sucesso, financiada pela OIT e pelo PNUD, lançou-se um segundo projecto em Junho de 2007; este projecto centrou parte das suas tarefas na conservação do meio ambiente e na redução de riscos provocados pelas catástrofes naturais.

A ACÇÃO DA ONU

No estudo da ONU “Unidos na Acção” um dos temas principais, é a resposta às alterações climáticas. Um documento recente elaborado pelo Conselho dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Coordenação, apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Poznan na Polónia, em Dezembro de 2008, é apresentado um panorama geral das actividades empreendidas pelas entidades que integram o sistema das Nações Unidas, nas áreas chave relacionadas com as alterações climáticas, em apoio às iniciativas nacionais e à execução dos mandatos atribuídos pela UNFCCC e outros órgãos inter-governamentais. Por outro lado o documento resume um quadro de acções gerais para coordenar a ajuda a nível nacional, regional e mundial e permite aos Estados membros enfrentarem melhor as alterações climáticas.³⁵ Graças à sua missão, aos seus mandantes e experiência, a OIT pode desempenhar um papel de grande importância a nível internacional e nacional numa abordagem sistemática, em particular através dos Programas de Promoção de Trabalho Digno por País (PPTD).

³³ Em 2008 a OIT, através da ILO/CRISIS, prestou assistência técnica em várias situações pós- desastre – Joint Damage, Loss and Needs Assessments (Paquistão, Bangladesh, Madagascar, Mi-amar, China e Haiti). As avaliações foram apoiadas pelo Banco Mundial – GFDRR, conjuntamente com as Nações Unidas e outros parceiros para o desenvolvimento no quadro da plataforma Post-Disaster Needs Assessment.

³⁴ ILO, 2008. *Preliminary assessment of the impact on decent employment and proposed recovery strategy, focusing on non-farm livelihoods* (Geneva).

³⁵ Gateway to the UN's Systems Work on Climate Change, “Acting on climate change: The UN system delivering as One”, www.un.org/climatechange/pdfs/Acting%20on%20Climate%20Change.pdf [consultada a 17 Dezembro 2008].



O QUE PODEMOS FAZER?

Todas as respostas às alterações climáticas devem ser integradas nas estratégias nacionais, sectoriais e locais de desenvolvimento. Os mandantes da OIT desempenham um papel vital neste processo e estão entre os principais protagonistas em matéria de resultados. A garantia de reconhecimento das organizações de empregadores e sindicatos apoia-se nas normas internacionais do trabalho, em particular sobre a liberdade sindical e a promoção de mecanismos de diálogo social. Em muitos países, o diálogo nos locais de trabalho desenvolveu-se a partir dos mecanismos criados para promover as condições de segurança no trabalho. As políticas de adaptação e de abrandamento devem incluir estratégias para melhorar a protecção social, para o desenvolvimento de empresas e para a criação de emprego. Os efeitos das mudanças climáticas em si, assim como os das políticas de adaptação e abrandamento, também terão repercussões diferentes para homens e mulheres no trabalho.



© OIT, Crozet M.

O diálogo social e a participação dos parceiros sociais pode promover-se da seguinte forma:

- Ratificando e aplicando as convenções fundamentais da OIT: Convenção (nº 87) sobre a liberdade sindical e a protecção do direito sindical de 1948 e Convenção (nº 98) sobre o direito sindical e de negociação colectiva de 1949.

É possível encorajar uma maior participação das partes interessadas e fomentar a resolução de conflitos tomando como base o seguinte instrumento:

- Convenção (nº 169) da OIT sobre povos Indígenas e Tribais de 1989.

Medidas para reduzir ao mínimo as vulnerabilidades:

- Identificar e aplicar programas destinados a apoiar a educação e iniciativas de formação que facilitem o desenvolvimento das competências necessárias para criar novos empregos verdes, assim como uma transição justa para os trabalhadores e trabalhadoras que perderam os seus "antigos" empregos.
- Aplicar a Recomendação (nº 195) sobre o desenvolvimento dos recursos humanos de 2004 que dá directrizes para apoiar governos, empregadores e sindicatos a porem em prática políticas e programas de educação, formação e formação ao longo da vida para o século XXI.
- Ratificar e aplicar a Convenção (nº 159) sobre a reconversão profissional e o emprego (pessoas com deficiência) de 1983 e aplicar a Recomendação (nº 99) sobre a adaptação e a reconversão profissional de deficientes de 1955.
- Aplicar a Recomendação (nº 189) para a Criação de Empregos nas Pequenas e Médias Empresas, de 1998.³⁶

Ações para promover a adaptação às mudanças climáticas e atenuação do seu impacto:

- Aproveitar os amplos conhecimentos e capacidades de gestão dos recursos naturais das mulheres quando se elaboram políticas e iniciativas de adaptação e redução das alterações climáticas.
- Integrar as perspectivas específicas dos homens e das mulheres nas políticas internacionais e nacionais.
- Fazer com que as mulheres e os homens participem no processo de tomada de decisão e na elaboração de políticas.
- Promover experiências participativas nas actividades de planificação locais e comunitárias.
- Criar oportunidades a nível nacional e local para educar e formar as mulheres no domínio das mudanças climáticas, estimular o reforço da capacidade e a transferência de tecnologia e garantir os recursos específicos a fim de garantir a participação das mulheres em pé de igualdade nos benefícios e oportunidades oferecidas pelas medidas de redução e de adaptação.
- Recolher novos dados diferenciados para os homens e para as mulheres e analisar os números nos sectores chave, como a agricultura, o turismo, a florestação, a pesca, a energia e o consumo de água, afim de melhor compreender como é que as mudanças climáticas influenciam a vida das mulheres de forma diferente da dos homens.



© OIT, Crozet M.

³⁶ ILO, 1998. *Job Creation in Small and Medium-Sized Enterprises*, Guide to ILO Recommendation No. 189 (EMP/SEED, Geneva).



SELECÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA OIT SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, EMPREGOS VERDES E GÉNERO

García Muñoz, L.A. 2006. *El uso de marcas como herramienta para apoyar estrategias competitivas en turismo comunitario, Serie Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (REDTURS)* (ILO, Boosting Enterprise through Small Enterprise Department (SEED) working paper 78, Geneva).

International Labour Office (ILO). 2008a. *Employment and labour market implications of climate change*. Governing Body, 303rd Session, Report of the Committee on Employment and Social Policy (Geneva).

- 2008b. *Preliminary assessment of the impact on decent employment and proposed recovery strategy, focusing on non-farm livelihoods* (Geneva).
- 2008c. *Promotion of rural employment for poverty reduction*, Report IV, International Labour Conference, 97th Session, (Geneva).
- 2008d. *Rising food prices and their implications for employment, decentwork and poverty reduction* (Employment sector, Geneva).
- 2007a. *Decent work for sustainable development*. Report I (A), International Labour Conference, 96th Session (Geneva).
- 2007b. *Green Jobs: Climate change in the world of work*, *World of Work* issue no. 60 (Geneva).
- 2007c. *The promotion of sustainable enterprises*. Report VI, International Labour Conference, 96th Session (Geneva).
- 2005. *Earthquake-Tsunami Response. ILO proposals for reconstruction, rehabilitation and recovery* (Geneva).

Islam, R. 2008. *Global food crisis, poverty and decent work* (ILO, Employment Sector, Geneva).

Maldonado, C. and F. Enriquez. 2007. *Restaurando la esperanza con comunidades indígenas de Guatemala, Serie Red de Turismo Comunitario para América Latina (REDTURS)* (ILO, SEED working paper 80, Geneva).

Maldonado, C. 2005. *Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario* (ILO, SEED working paper 73, Geneva).

Maldonado, C. 2006. *Turismo y comunidades indígenas: Impactos, pautas para autoevaluación y códigos de conducta, Serie Red de Turismo Comunitario para América Latina (REDTURS)* (ILO, SEED working paper 79, Geneva).

UNEP, ILO, IOE and ITUC. 2008. *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World. Policy messages and main findings for decision makers* (United Nations Office, Nairobi).



Bureau
International
do Trabalho
Genebra

Bureau para a Igualdade
de Género
Tel. +41 22 799 6730
Fax. +41 22 799 6388
www.ilo.org/gender
gendercampaign@ilo.org

Departamento de Integração
das Políticas e Estatísticas
Tel. +41 22 799 6621
Fax. +41 22 799 8044
www.ilo.org/integration
integration@ilo.org

Bureau International do Trabalho – 4, route des Morillons – 1211 Genebra 22, Suíça

Esta brochura foi elaborada no âmbito da campanha de sensibilização da OIT "Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno". Para mais informação sobre outros temas da OIT abordados nesta campanha de promoção da igualdade de género, contacte-nos através do email: gendercampaign@ilo.org.